



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES**

**BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**ADAUMAR VIEIRA BENEVIDES NETO**

**ESTUDO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS NO  
MERCADO DE TRABALHO DE GUAÍÚBA**

**ACARAPE**

**2018**

**ESTUDO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS NO  
MERCADO DE TRABALHO DE GUAÍÚBA**

ADAUMAR VIEIRA BENEVIDES NETO

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como pré-requisito parcial para a conclusão do Curso de Bacharelado em Humanidades da UNILAB.

Orientadora: Luma Nogueira de Andrade

ACARAPE

2018

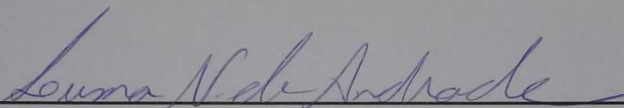
ADAUMAR VIEIRA BENEVIDES NETO

ESTUDO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO  
MERCADO DE TRABALHO DE GUAÍÚBA

Projeto de Pesquisa submetido à Coordenação do Curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

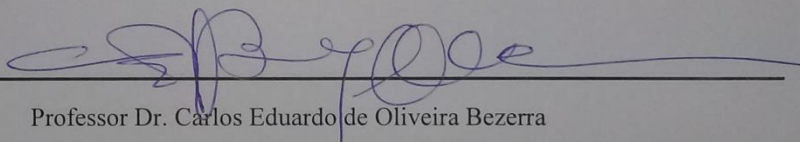
Acarape, 31/10/2018

BANCA EXAMINADORA



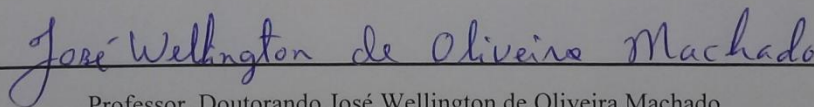
Professora Dra. Luma Nogueira de Andrade (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



Professor Dr. Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



Professor. Doutorando José Wellington de Oliveira Machado

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Dedico este trabalho à Maria Edilsa Leandro Pereira, minha amada avó, que sempre apoiou e incentivou os meus estudos, nunca permitindo que eu desistisse dos meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado forças e determinação para concluir este trabalho.

Agradeço a minha avó (*in memoriam*), por ter acreditado e incentivado este sonho.

Agradeço a minha mãe, por sempre me apoiar e ser meu exemplo de vida.

Agradeço a escritora Amara Moira, por ser referência e uma das inspirações para este trabalho.

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade.

Agradeço em especial, aos Professores/as Dr. James Ferreira Moura Junior, Dra. Ana Paula Rabelo e Silva, e Dra. Luana Antunes Costa.

Por fim, agradeço ao meu companheiro, meus amigos e demais professores que me acompanharam nessa caminhada.

“A gente sabe que a gente está ativa, está militando, está resistindo o tempo todo.”

Marielle Franco

## RESUMO

A travestilidade e a transexualidade são expressões de gênero alvos de discriminação e estereotipação na sociedade, com isso o presente projeto de pesquisa tem como objetivo, analisar a situação de travestis e transexuais no mercado de trabalho da cidade de Guaiúba, dessa forma evidencia-se as possibilidades de acesso e permanência das mesmas nos ambientes trabalhistas, bem como a possível interferência nas suas oportunidades de emprego, portanto tem-se como problemáticas, a dificuldade de visualizar estas pessoas trabalhando no mercado formal motivado pelos preconceitos existentes que sempre as relacionam a violência, drogas, prostituição e doenças. A pesquisa será realizada mediante a utilização do método qualitativo, aplicando algumas técnicas específicas, como a observação participante e as entrevistas realizadas com determinadas pessoas, a fim de analisar a realidade destas pessoas e compreender a perspectiva das mesmas em relação à situação trabalhista em que se encontram. Para a compreensão minuciosa da temática trabalhada, foram consultados diversos/as teóricos/as que possuem competências na área, dentre eles/as pode-se citar Moira (2016) e Marinho (2016). Assim, tendo em vista que a pesquisa aborda uma questão social, espera-se como resultados principais, entender a posição de travestis e transexuais no mercado de trabalho do município de Guaiúba, além de propiciar visibilidade para as dificuldades desta parcela da população, uma vez que é extremamente necessário considerar as concepções preconceituosas e discriminatórias para compreender estas pessoas como seres humanos e cidadãs brasileiras.

**Palavras-chave:** Travestis. Transexuais. Mercado de Trabalho. Guaiúba.

## ABSTRACT

Transvestibility and transsexuality are gender expressions that are targets of discrimination and stereotyping in society. Therefore, the present research project has the objective of analyzing the situation of transvestites and transsexuals in the labor market of the city of Guaiúba. possibilities of access and permanence of the same in the labor environments, as well as the possible interference in their employment opportunities, therefore we have as problems, the difficulty of visualizing these people working in the formal market motivated by the existing prejudices that always relate violence, drugs, prostitution and disease. The research will be carried out using the qualitative method, applying some specific techniques, such as participant observation and interviews with certain people, in order to analyze the reality of these people and to understand their perspective regarding the labor situation in which found. For the detailed understanding of the thematic work, several theoreticians with skills in the area were consulted, among them Moira (2016) and Marinho (2016). Thus, considering that the research addresses a social issue, it is expected as main results, to understand the position of transvestites and transsexuals in the labor market of the municipality of Guaiúba, in addition to providing visibility to the difficulties of this part of the population, once that it is extremely necessary to consider prejudiced and discriminatory conceptions to understand these people as Brazilian human beings and citizens.

**Keywords:** Transvestites. Transsexuals. Job market. Guaiúba.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	9
<b>2 JUSTIFICATIVA</b>	11
2.1 PROBLEMATIZAÇÃO	12
<b>3 OBJETIVOS</b>	13
3.1 OBJETIVO GERAL	13
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
<b>4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	14
4.1 CONCEITOS DE IDENTIDADE DE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, TRAVESTILIDADE E TRANSSEXUALIDADE	14
4.2 TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO	20
4.3 A PROSTITUIÇÃO E SEUS OBSTÁCULOS	25
<b>5 METODOLOGIA</b>	32
<b>6 CRONOGRAMA</b>	43
<b>7 RESULTADOS ESPERADOS</b>	44
<b>8 REFERÊNCIAS</b>	45



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende compreender o acesso e permanência de travestis e transexuais do município de Guaiúba no mercado de trabalho, a fim de apontar as características desta situação, tal como a realidade destas moradoras dentro do mercado de trabalho da região e suas alternativas financeiras em vista do possível desemprego.

Guaiúba é um município do estado do Ceará, que faz parte da região metropolitana de Fortaleza e do Polo da Serra de Guaramiranga, possui 26,331 habitantes, cujo seu prefeito atual é o Sr. Marcelo de Castro Fradique Accioly. A cidade não possui uma secretaria ou coordenação específica direcionada a causa dos LGBT+<sup>1</sup>, conta com apenas uma ONG (Organização não Governamental) chamada APLOGS (Associação pela Livre Orientação Sexual de Guaiúba), que em parceria com a Secretaria de Assistência Social do município, atua em prol dos direitos das pessoas LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), a presidente desta ONG, a transexual Ullanova Venuto desenvolve há muitos anos uma presente militância no município, favorecendo a comunidade LGBT com leis e projetos sociais, que por muitas vezes visam principalmente à capacitação de gays, lésbicas, travestis e transsexuais em cursos técnicos, a fim de agrega-las uma formação no currículo, mas infelizmente isso não é empecilho para o desemprego.

A questão trabalhista de travestis e transsexuais é um tema de fundamental importância, pois realizar um estudo sobre essa temática significa levar em consideração dados percentuais tão alarmantes. Segundo ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), estima-se que 90% das pessoas travestis e transexuais já recorreram a prostituição ao menos uma vez na vida. Segundo Rede Trans (Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil), cerca de 82% das mulheres transexuais e travestis desistem do ensino médio entre 14 e 18 anos de idade, em consequência da intolerância na escola e na família, com isso a maioria destas vão para a prostituição. Os índices da população trans na prostituição alertam para a necessidade de uma investigação, referente as causas da migração destes indivíduos para essa profissão.

A partir de observações do cotidiano, notou-se a frequente ausência de pessoas travestis e transexuais no mercado de trabalho do município de Guaiúba, assim como a frequência do assédio físico e verbal sofrido por elas, dessa forma desenvolveu-se o tema

---

<sup>1</sup> Sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Questionadores, Intersexuais, Assexuais, Aliados, Pansexuais.

levando em consideração uma possível ligação entre estes dois fatos, a fim de compreender como a realidade destas pessoas pode ser influenciada pelo preconceito contra suas orientações sexuais, bem como o resultado da possível dificuldade de emprego, uma vez que a violência e a prostituição crescem ao lado do desemprego.

A temática trabalhada expõe a problemática do preconceito que atinge principalmente travestis e transexuais, uma vez que não é tão rara a presença de gays e lésbicas no mercado de trabalho, e torna a identidade de gênero destas pessoas um possível fator determinante para dificuldades na busca por trabalho, pois os/as empregadores/as de Guaiúba talvez não queiram a imagem de suas empresas vinculada a uma pessoa que não adote o gênero de seu nascimento, em consequência de padrões heteronormativos enraizados pela sociedade. A feminilidade de travestis e mulheres transexuais é vista por muitas vezes como algo indecente e motivo de vergonha, isto propiciou a delimitação de tais questões na pesquisa, uma vez que se trata de uma população fortemente marginalizada e alvo de críticas.

A pesquisa espera compreender as reais condições e possibilidades de emprego disponíveis para travestis e transexuais dentro do mercado de trabalho da cidade de Guaiúba, além de identificar os preconceitos ligados a estas pessoas e entender as saídas encontradas por elas em vista do desemprego, tendo como motivação a comumente estereotipação destas pessoas no cotidiano e os índices de desemprego vinculados a esta parte da população.

Dentre todos os/as teóricos/as que serão mencionados/as posteriormente, pode-se destacar duas que contribuíram de forma mais significativa para o desenvolvimento da pesquisa, Moira (2016) comenta em seu livro “E se eu fosse puta” as adversidades de ser escritora, Doutora em Teoria Literária, travesti e profissional do sexo na sociedade brasileira, focalizando em suas vivências na prostituição, Marinho (2016) aborda em seu artigo “A exclusão das pessoas trans do mercado de trabalho e a não efetividade do direito fundamental ao trabalho” as dificuldades de travestis e transexuais na busca por emprego em consequência do preconceito contra a identidade de gênero.

O presente trabalho está dividido em quatro partes, a primeira trata da fundamentação teórica, a revisão de literatura feita pelo pesquisador, à segunda refere-se à metodologia, onde consta o método e as técnicas que serão utilizadas na pesquisa, a terceira trata-se do cronograma do projeto, onde está especificando as etapas percorridas pelo pesquisador, e por fim a quarta e última parte apresenta os resultados esperados, contendo as previsões e hipóteses do projeto de pesquisa.

## 2 JUSTIFICATIVA

A relevância social do problema investigado consiste na necessidade de visibilizar a situação de travestis e transexuais no mercado de trabalho, embora a sociedade persista na marginalização destas pessoas, a investigação desta temática se faz necessária, pois significa expor as dificuldades e preconceitos que as mesmas sofrem diariamente no cotidiano, e dessa forma contribuir para a conscientização social da população, sobre a importância de se estender a igualdade a todas as pessoas, sem restrições por identidade de gênero e orientação sexual.

A pesquisa pode trazer diversas contribuições, sendo elas teóricas e sociais, como por exemplo, respostas para a problemática identificada na cidade de Guaiúba, sobre o acesso e permanência de pessoas trans no mercado de trabalho da região, pois a partir do presente estudo será possível compreender a situação trabalhista destas pessoas dentro do município, os dados coletados com as entrevistas irão guiar o investigador a um resultado, onde o mesmo através dos relatos identificará ou não os preconceitos, dificuldades e exclusões que travestis e transexuais sofrem.

A partir do estudo o número de trabalhos científicos a respeito dessa questão irá aumentar, em vista que o mesmo diferencia-se, pois deixa de investigar travestis e transexuais somente pela perspectiva da saúde, que se trata do que comumente acontece, a pesquisa irá compreender as mesmas através de uma ferramenta necessária a todo indivíduo, o trabalho, a atividade mais antiga do mundo, de caráter fundamental, pois sem a mesma seria impossível à subsistência e acumulação de bens.

A capacidade de análise do estudo poderá servir ou não de referência para demais pesquisas, propiciando assim o desenvolvimento de novas formulações teóricas a respeito da problemática. Depois de concluída a investigação também pode incentivar outras pesquisas sobre a mesma problemática, mas em outras regiões do estado ou até mesmo do país, considerando a importância social da investigação deste tema, a pesquisa sobre as realidades de outras pessoas trans no mercado de trabalho também pode favorecer o desenvolvimento de estatísticas, muito necessárias para a ampla compreensão do assunto. Caso o número de trabalhos científicos sobre o tema aumente, possivelmente ocorrerá uma repercussão do mesmo em emissoras de televisão, revistas, jornais e grandes plataformas digitais, contribuindo assim para o fortalecimento da causa trans e LGBT, expondo dessa forma a

importância da luta por respeito, reconhecimento, direitos e oportunidades em todas as instancias sociais, principalmente o trabalho.

O desenrolar da presente pesquisa, no caso os projetos construídos posteriormente tem possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade investigada, uma vez que possivelmente poderão contribuir para a conscientização dos/as empresários/as do município de Guaiúba sobre a importância do respeito à diversidade sexual, estimulando o reconhecimento das aptidões profissionais de todos os indivíduos, sejam eles cisgênero ou transgênero, além de incentiva-los/as a contratar pessoas travestis e transexuais para os seus respectivos negócios, a fim de tornar os empreendimentos do município exemplos de respeito e igualdade.

Este progresso da pesquisa também poderá modificar indiretamente a visão dos cidadãos do município, em relação às pessoas travestis e transexuais, o que porventura é capaz de quebrar com os estereótipos de gênero impostos pela sociedade, apresentando aos/as moradores/as de Guaiúba as pessoas transexuais como seres humanos iguais a todos os outros, necessitados de família, estudo e trabalho assim como eles/as, fazendo-os refletir sobre a realidade a que estas pessoas são sujeitadas cotidianamente, a fim de contribuir para o desenvolvimento da empatia ao próximo, capacidade psicológica fundamental para o convívio harmônico em comunidade.

## 2.1 PROBLEMATIZAÇÃO

O desemprego no Brasil é presente na vida de muitos cidadãos, contudo ele se torna mais intenso para as “minorias sociais”, principalmente travestis e transexuais, que encontram dificuldades em possuir uma estabilidade financeira por consequência da visão conservadora dos/as empregadores/as.

A sociedade tende a vincular travestis e transexuais com promiscuidade, prostituição, roubo e outros adjetivos pejorativos, por mais qualificada que a pessoa trans seja ela não será reconhecida por sua capacidade, pois a identidade de gênero que lhe afirma será um empecilho para a valorização de sua eficiência, os estereótipos ligados a ela determinaram o olhar que a instituição terá sobre a mesma e conseqüentemente suas possibilidades de conseguir o emprego.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948, ressalta em seu artigo 23 que todo indivíduo dispõe do direito ao trabalho, não havendo quaisquer distinções:

Artigo 23. 1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris. 1948)

Com isso é extremamente ultrajante que travestis e transexuais não possuam iguais oportunidades trabalhistas, por serem historicamente estereotipadas de forma marginal, uma vez que a ausência do direito ao trabalho acaba por excluí-las do convívio em comunidade, pois à medida que o desemprego aumenta muitas ficam em situação de vulnerabilidade social.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a situação de travestis e transexuais dentro do mercado de trabalho de Guaiúba.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Conhecer a situação trabalhista das travestis e transexuais do município.
- Descrever os possíveis preconceitos contra estas moradoras dentro do mercado de trabalho.
- Verificar as alternativas lucrativas das pessoas desempregadas.

## 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para tratar da situação trabalhista de travestis e transexuais no mercado de trabalho de Guaiúba-CE, utilizou-se como suporte teórico os conceitos de Identidade de Gênero, Orientação Sexual, Travestilidade e Transexualidade, assim como estudos sobre as pessoas trans mercado de trabalho, e a realidade da prostituição para as mesmas. Assim, esta seção teórica está dividida em três subitens para tratar dos temas supracitados.

### 4.1 CONCEITOS DE IDENTIDADE DE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE

Para iniciar um estudo sobre a realidade de um grupo específico, é de suma importância conceituar os termos que caracterizam o mesmo, antes do primeiro contato, a identidade e a natureza do grupo devem ser compreendidas, a fim de evitar possíveis complicações. Reconhecer a classificação existente dos indivíduos em grupos distintos, como héteros, travestis e transexuais, não significa consentir uma divisão entre eles, mas sim distinguir suas causas específicas, favorecendo a visibilização das mesmas, pois quando uma pessoa expõe a sua identidade travesti ou transexual, não necessariamente trata-se de um ato individual, mas sim político. A seguir os termos identidade de gênero, orientação sexual, travestilidade e transexualidade serão conceituados a partir dos trabalhos de pesquisadores/as e especialistas da área.

A identidade se caracteriza por um conjunto de características que em conjunto formam uma pessoa, estas particularidades do/a indivíduo/a vão se construindo e transformando-se ao longo do tempo, constituindo-se em um contínuo processo de metamorfose, próprio de identidades que se reinventam, conforme Jayme “Se a formulação das identidades se dá numa construção e reconstrução constante, a idéia de uma identidade única e permanente, é que, ao que parece, vem se perdendo.” (JAYME, 2002, p. 10), entende-se que as identidades estão sempre se modificando, inviabilizando a concepção de identidade como algo imutável, e permitindo a reflexão sobre uma identidade móvel e mutável. Também pode-se pensar a ideia de identidade não fixa (HALL, 2006), mas em movimento.

A identidade de gênero de um indivíduo corresponde ao gênero pelo qual ele se identifica, podendo ou não ser o mesmo de seu nascimento. Ao nascer à criança é involuntariamente classificada como homem ou mulher, a sociedade determina o sexo do indivíduo baseando-se nos seus órgãos genitais, contudo ao crescer a pessoa forma a sua

própria identidade, e encontra os seus gostos e afinidades, dessa forma alguém que é identificado no nascimento menino pode em determinado momento reconhecer-se enquanto menina, e assim vice-versa, pois não necessariamente o órgão genital do sujeito determinará o seu gênero.

Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. (JESUS, 2012, p. 24)

Dessa forma, entende-se o termo identidade de gênero como algo próprio de cada indivíduo/a, que não é totalmente isento de imposições externas, pois existe o constante contato do sujeito com outros indivíduos e com a sociedade, mas que não pode ser determinado ou modificado por outras pessoas, visto que se trata de uma particularidade de cada indivíduo/a.

O ser humano durante a vida constrói a sua própria identidade, pode-se dizer que se trata de um processo de busca, que começa desde o nascimento e com nenhuma previsão pra encerrar, o/a indivíduo/a passará a procurar as características condizentes a sua subjetividade, a partir do momento que ele/a encontra essas particularidades, o/a mesmo/a constitui a sua mentalidade e interesses, formados através de especificidades religiosas, culturais e sexuais, a identidade de gênero parte destas premissas, como o indivíduo se auto reconhece perante a sociedade.

A identidade de gênero se refere ao conceito que alguém tem de si próprio com respeito às suas características biopsíquicas e culturais, se masculinas, femininas ou ambivalentes. (RONDAS e MACHADO, 2015, p. 194)

Portanto, a concepção de identidade de gênero diz respeito à forma como a pessoa se reconhece, considerando as suas características intrínsecas e individuais, ou seja, a maneira como o/a indivíduo/a se enxerga junto daquilo que lhe proporciona satisfação, assim como o modo que o/a mesmo/a almeja ser reconhecido/a pela sociedade.

A orientação sexual refere-se à atração afetiva e sexual que o indivíduo possui por alguém, trata-se do desejo geralmente inerente do sujeito por um outro, a partir do alvo de sua atração os indivíduos são agrupados dentro de termos, expressões que revelam o gênero pelo qual o indivíduo é atraído, homossexualidade para os que se atraem por pessoas do mesmo sexo, heterossexualidade para aqueles que sentem desejo por pessoas do sexo oposto, e bissexualidade para os sujeitos atraídos por ambos os sexos, masculino e feminino. É

importante ressaltar que além das orientações sexuais comentadas anteriormente, existe a assexualidade<sup>2</sup>.

Esta é compreendida como a identidade atribuída a alguém em função da direção de seu desejo e/ou condutas sexuais, seja para outra pessoa do mesmo sexo (homossexualidade), do sexo oposto (heterossexualidade) ou de ambos os sexos (bissexualidade). (RIOS, 2001, p. 388)

Assim, entende-se que a orientação sexual indica por qual gênero a pessoa sente-se atraída, que não necessariamente será o gênero oposto ao de seu nascimento ou o de sua identidade de gênero, portanto, pode-se apontar a incongruência existente entre orientação sexual e sexo de nascimento, assim como entre orientação sexual e identidade de gênero.

O termo orientação sexual não se refere exclusivamente aos desejos sexuais de um sujeito, é importante ressaltar que a expressão mencionada possui diversas outras características, por exemplo, os sentimentos, como amor, carinho, paixão, e as emoções, como alegria, prazer e entusiasmo. Independentemente da orientação sexual de um indivíduo, o mesmo tem a capacidade de desenvolver quaisquer das características citadas anteriormente, uma vez que a orientação sexual se difere apenas pelo alvo que é direcionado o interesse do indivíduo, conforme Carvalho et al. comenta o termo “Por último, a orientação sexual que se refere aos sentimentos, emoções e desejos sexuais (homossexual, bissexual ou heterossexual)<sup>10,11</sup>.” (CARVALHO et al., 2017, p. 85), entende-se que a orientação representa uma amplitude de capacidades e interesses próprios de cada indivíduo.

Pode-se dizer que a orientação sexual é uma característica única de cada indivíduo, que o sujeito possui desde o seu nascimento, mas que só durante a vida se manifesta, para alguns ocorre na infância enquanto para outros surge na adolescência, a partir do momento que o indivíduo reconhece a sua orientação sexual, o mesmo descobre a sua capacidade de sentir atração sexual, afetiva e emocional por outro ser humano, assim como o gênero pelo qual ele é atraído, a orientação sexual encontra o seu ponto alto no sexo, pois geralmente o indivíduo descobre o gênero alvo de seus desejos a partir da vontade de ter relações sexuais.

Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. (Yogyakarta, 2016, p.7)

---

<sup>2</sup> Que se caracteriza pela falta de atração sexual, própria de pessoas que não possuem interesse na prática sexual com nenhum gênero.



A partir disso, entende-se que a orientação sexual da pessoa pode ser direcionada a pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou de ambos os sexos (masculino e feminino), dessa forma o gênero de nascimento não necessariamente relaciona-se com a orientação sexual do/a indivíduo.

A transexualidade refere-se à condição do indivíduo transexual, onde o mesmo não se identifica com o seu sexo de nascimento, reconhecendo-se enquanto pertencente ao sexo oposto. A pessoa transexual utiliza de tratamentos hormonais e/ou a cirurgia de redesignação sexual para transicionar ao sexo que lhe identifica, por exemplo, ao nascer um indivíduo foi classificado como menino, mas durante a sua vida se descobriu enquanto menina, e a partir disso fez a transição para o sexo com que identificar-se, adequando-se ao papel de gênero que lhe representa, no caso o feminino, Nogueira et al. define transexualidade:

O termo transexualidade abarca os indivíduos que se identificam como sendo de outro gênero que não o sexo biológico de pertença. Estes são vulgarmente conhecidos por transexuais. Para qualificar um transexual considera -se suficiente, mudanças provocadas por tratamento hormonal, sem ser necessária intervenção cirúrgica. A transexualidade implica contudo um desejo de viver ou uma experiência de vida de acordo com que é convencionalmente atribuído a outro gênero. No caso de pessoas cujo sexo biológico de nascimento é masculino e que vivem no gênero feminino, falamos de transexuais MTF (*male to female*). No caso de pessoas cujo sexo biológico é feminino e que vivem no gênero masculino, falamos de transexuais FTM (*female to male*). (NOGUEIRA et al., 2010, p. 20)

A palavra transexualidade compreende o desejo de um indivíduo de viver e ser reconhecido/a pela identidade de gênero que o/a caracteriza, para aqueles que nasceram e foram identificados homens e transicionaram para o/a sexo feminino chama-se mulheres trans/transexuais, enquanto que para os que nasceram e foram identificados mulheres e fizeram a transição para o sexo masculino chamam-se homens trans/transexuais.

O termo transexualidade refere-se à identidade de gênero dos indivíduos que nasceram com os órgãos genitais incompatíveis com o sexo que se identifica, o transtorno de identidade de gênero, ou melhor, disforia de gênero (termo médico utilizado atualmente) representa o desconforto contínuo de um indivíduo com o sexo de seu nascimento, o sujeito transexual passa por este processo desagradável até conseguir transicionar completamente para o sexo que lhe identifica, pois somente assim o/a transexual encontrará satisfação psíquica e corporal.

Pelo dicionário, a origem da palavra transexualidade, é retrata como condição pela Organização Mundial de Saúde - OMS como um tipo de identidade de gênero<sup>13</sup>, mas pode ser considerada apenas o espectro do transtorno de identidade de gênero<sup>14</sup>, refere-se à condição do indivíduo que

possui uma identidade de gênero diferente da designada no nascimento, tendo o desejo de viver e ser aceito como sendo do sexo oposto. (CASSEMIRO, 2010, p. 57)

Todavia, é interessante ressaltar que a expressão “disforia de gênero” comentada anteriormente, e que é usualmente utilizada na medicina, refere-se a uma situação que não é aceita e tratada como comum, dessa forma trata-se de uma nomenclatura que consolida uma forma de discriminação, e de patologização da identidade trans, contribuindo no fortalecimento dos estigmas que sempre relacionam as pessoas trans a doenças, como exemplo, tem-se o *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (2014) que ao discutir o termo disforia de gênero, relaciona o mesmo a distúrbio e transtorno mental.

Compreende-se a travestilidade como a expressão de gênero das pessoas travestis, essa expressão difere-se da destinada ao indivíduo em seu nascimento. As pessoas travestis ao expressarem a travestilidade adotam um papel de gênero contrário ao que a sociedade comumente impõe, validando assim a ideia de diversidade entre desejos, corpos e sexos, apontando que o sistema classificatório sexual da sociedade é falho, em vista das incoerências existentes entre papel de gênero e sexo, identidade de gênero e sexo.

A travestilidade é a expressão da fluidez dos desejos e, por conseguinte, dos corpos e dos sexos, revelando a incongruência dos sistemas que buscam relacionar sexo/ sexualidade/gênero/identidade sexual. (JIMENEZ; ADORNO, 2009, p. 365)

Conforme apresentado, a travestilidade representa a satisfação particular da pessoa com a forma que a mesma apresenta-se na sociedade, e com o modo que ela se enxerga no espelho, assim, pode-se também pensar a travestilidade como um das mais puras expressões da liberdade do ser humano, tendo em vista o sistema vigente, historicamente formado com base na heteronormatividade.

O termo travestilidade abrange diversas possibilidades de viver esse papel de gênero, diferentemente da palavra travesti que parece simplificar a condição. A travestilidade compreende a construção e desconstrução dos corpos, corpos estes cotidianamente alvos de pressão social/familiar a fim da adequação ao papel de gênero esperado, no entanto a travestilidade faz parte do íntimo dos indivíduos, algo que em teoria não pode ser alterado, a construção abarca o desenvolvimento do papel de gênero próprio do sujeito, enquanto a desconstrução compreende o rompimento com padrões de gênero conservadores, que visam unificar os corpos através da heteronormatividade.

A percepção dessa dinâmica me fez optar pelo conceito de travestilidade por considerar que ele alarga aspectos de categorização identitária do termo “travesti”, que pode ser bastante simplificador quando busca contemplar a

gama de possibilidades de se viver esta condição. A travestilidade aponta para a multiplicidade dessa experiência, ligada à construção e desconstrução dos corpos. Ainda que haja uma rigidez na gramática de gênero das travestis, há também uma patente fluidez na elaboração de categorias êmicas auto classificatórias, uma vez que estas estão estreitamente ligadas a marcas identitárias que se associam ao trânsito dos corpos pelos territórios, o que se vincula, por sua vez, às transformações desses mesmos corpos. (PELÚCIO, 2007, p. 18)

O corpo da pessoa travesti não é dotado dos padrões classificatórios de gênero, características possíveis de generalização, os indivíduos têm vivências únicas, formadas a partir de suas culturas, religiões, cosmovisões, preferências musicais e etc., os corpos são constantemente transformados por esses fatores, assim os diferentes territórios podem compreender diversas formas de viver as travestilidades. É importante ressaltar que embora a travesti contrarie o binarismo de gênero imposto pela sociedade, a mesma ainda encontra-se atrelada a regras e valores sociais.

A existência da expressão de gênero travestilidade quebra os padrões classificatórios de sexo e gênero impostos pela sociedade, o sexo de nascimento masculino e feminino não é mais determinativo, não existe mais um gênero exclusivo para cada indivíduo, uma vez que as travestis podem transitar entre a masculinidade e a feminilidade livremente.

As experiências que constituem a travestilidade têm na transformação do corpo e do gênero um fator que desestabiliza a ordem binária dos sexos. O fato de estarem subvertendo uma ordem tida como natural e, por isso, tomada como “normal”, tende a tornar suas vidas inabitáveis. Assim, é pela força da exclusão que elas têm se constituído. (PELÚCIO, 2007, p. 34)

O fato do corpo travesti não ser dotado de classificação binária de gênero contraria o conservadorismo social, que tem na heteronormatividade sua base, pois para a sociedade o normal seria o papel de gênero se adequar ao sexo de nascimento, dessa forma as travestis têm suas vidas constantemente ameaçadas, e encontram na exclusão social um desafio para enfrentarem.

Os termos conceituados anteriormente são essenciais para a compreensão da temática abordada neste estudo, uma vez que caracterizam o público alvo da pesquisa, e dialogam diretamente com a problemática trabalhada, vale ressaltar que a compreensão destes termos é fundamental para a interpretação da realidade dos/as indivíduos/as alvos da pesquisa, uma vez que se tratam de experiências, causas e situações distintas.

## 4.2 TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO

A marginalização de travestis e transexuais na sociedade é um problema antigo, que historicamente vem atingindo essas pessoas de forma contínua, tendo existência desde quando se reconhece a identidade travesti, essa marginalização é um fato que possivelmente afeta o mercado de trabalho para as pessoas trans, propiciando dificuldades na busca por emprego, ocasionadas por muitas vezes pelo conservadorismo social, assim é imprescindível a atenção para essa problemática, conforme Carrieri, Souza e Aguiar (2014) permitir que estes indivíduos tenham voz e expor as distintas violências sofridas por eles/as na sociedade e no trabalho é algo de fundamental importância.

Após a autoafirmação da identidade travesti e transexual, estas pessoas são constantemente estereotipadas, empregando-se a elas adjetivos em sua maioria pejorativos, a partir desses pré-conceitos o âmbito trabalhista incorpora uma posição discriminatória perante estas pessoas, tornando inviável o acesso destas a quaisquer profissões, compactuando desta forma com a imposição dos padrões heteronormativos.

Para os travestis, a busca por um trabalho formal é bem mais difícil, pois o fato de serem considerados abjetos os torna mais vulneráveis às violências interpessoais. E34 é enfática sobre isto: “o mercado de trabalho não dá oportunidade, você já é discriminado já de cara, quando você vai entregar o currículo o povo nem recebe seu currículo”, pois “é uma dificuldade muito grande, demais mesmo” (E19). (CARRIERI, SOUZA E AGUIAR, 2014, p. 89)

Os/as autores/as Carrieri, Souza e Aguiar usam o termo “travesti” com o artigo no masculino, e deve-se ressaltar que não se utiliza este artigo para se referir a pessoas travestis, uma vez que pode ocasionar constrangimento às mesmas. É notório que as travestis preferem ser chamadas por seus nomes sociais, que são nomes tradicionalmente vinculados ao gênero feminino, assim, entende-se a flexão de gênero feita pelos/as autores/as totalmente inadequada. Portanto, pode-se dizer que o correto é se referir a uma pessoa travesti empregando o artigo feminino, já que este condiz com a expressão de gênero e o nome social<sup>3</sup> da mesma, se faz necessária atenção e cautela para não se cometer este erro, a fim de não contribuir para a disseminação de padrões heteronormativos, que impõem que o nome da pessoa deve necessariamente corresponder ao seu sexo de nascimento.

A existência travesti e transexual é um afrontamento aos padrões heteronormativos e eurocêntricos da sociedade, o adjetivo “normal” não é atribuído a estas pessoas, uma vez que

---

<sup>3</sup> Nome que a pessoa travesti, transexual ou de qualquer outro gênero escolhe para ser reconhecida socialmente.

as mesmas apresentam incompatibilidade com o binarismo de gênero, homem/masculino e mulher/feminino, essa oposição a doutrinação sexual causa as pessoas trans um contínuo processo de exclusão, que se estende além das esferas familiar e educacional, atacando também a atividade fundamental para a existência humana, o trabalho, essa constante perseguição a vida das pessoas travestis e transexuais, tem dois objetivos específicos, forçar a adequação das mesmas a heteronormatividade vigente ou dizimar as suas possibilidades de sobrevivência, a fim de provocar seu extermínio social.

Por não seguirem as regras impostas como “normais” perante a sociedade e por se vestirem, se exteriorizarem ou se comportarem diferente de como estabelecem os heterossexistas, os/as trans sofrem grande processo de exclusão, inclusive diante do mercado de trabalho, acarretando prejuízos no processo de desenvolvimento e efetividade da dignidade. (MARINHO, 2016, p. 2)

Além desses estereótipos e estigmas que as pessoas trans carregam involuntariamente, estes que por si só já dificultam a inserção das mesmas no mercado de trabalho, a falta da escolaridade também se apresenta como outro empecilho, fato que se explica pela discriminação que ocorre no ambiente escolar, emprega-se dentro das escolas o termo bullying para generalizar diversos tipos de violência física e psicológica que acontecem dentro da instituição, o que também acaba por esconder e minimizar uma intolerância específica, a transfobia<sup>4</sup>, preconceito esse que atinge constantemente as crianças e adolescentes travestis e transexuais, violentando seus corpos e mentes de forma a fazê-las desacreditar na instituição escola, uma vez que passam a interpretar este ambiente como um exclusivo espaço de fortalecimento da doutrina heteronormativa, a mesma que as oprime e exclui diariamente, dessa forma entende-se que a falta de escolaridade das travestis e transexuais dá-se devido à discriminação existente no ambiente pedagógico, o que resulta nessas pessoas abandonando os estudos, acarretando-as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal, e permitindo que os/as empregadores/as aproveitem-se dessa insuficiência educacional para eliminarem as mesmas dos ambientes trabalhistas, contudo, é importante ressaltar que embora a ausência de educação formal dificulte a empregabilidade das pessoas trans, nem todo trabalho exige que o indivíduo possua escolaridade, portanto, existem outros espaços de trabalho para as trans que não concluíram os estudos.

Não há que se falar em oportunidades de trabalho sem qualificação, principalmente sem educação. Os/as trans enfrentam as dificuldades ainda no ambiente escolar, e na maioria das vezes não o suportam devido ao

---

<sup>4</sup> Termo utilizado para caracterizar a discriminação, aversão e as violências físicas e psicológicas direcionadas a travestis, transexuais e transgêneros.

preconceito que impera, tornando um obstáculo para a vida profissional e inclusão laboral. (MARINHO, 2016, p. 13)

Assim, pode-se dizer que as iniciativas desenvolvidas por algumas escolas para o enfrentamento das discriminações e violências são insuficientes, uma vez que as pessoas travestis e transexuais continuam deixando as instituições de ensino.

A indiferença de alguns educadores/as para com a problemática das perseguições no ambiente pedagógico mostra-se possivelmente como um fator que atua na legitimação de discriminações, e age na manutenção dessas perseguições, conforme Andrade “Sobre o assujeitamento, a maioria dos discursos de gestores(as), professores(as) e alunos(as) colocam as travestis à margem, como seres anormais, destituídas de direitos.” (ANDRADE, 2015, p. 247), entende-se que as falas dos/as estudantes e educadores/as disseminam preconceito e intolerância contra as pessoas travestis, o que expõe um problema social e educacional, assim como uma deficiência institucional.

Mesmo com todos os desafios, algumas pessoas trans conseguem prosseguir com os estudos, concluir o ensino médio, e por vezes ingressar no ensino superior, porém muitas destas retardam a transição enquanto estão na universidade, pois existe o medo do preconceito e de possíveis dificuldades para conseguir estágio, enfim elas temem que a identidade de gênero possa limitar o prestígio e o respeito no âmbito acadêmico e trabalhista.

Após a graduação, o diploma traz mais segurança, mas mesmo assim o receio permanece, a dúvida de que se depois de transicionar elas conseguirão um emprego, essa preocupação continua a retardar o processo de transição, tornando a pessoa trans cada vez mais insegura, com apreensão de no final das contas a formação não passar de um simples papel escrito, a travesti e doutora em Teoria Literária pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), Amara Moira relata em seu livro quais eram suas metas anteriores à transição para o gênero que lhe afirma “O plano inicial era, antes, virar professora universitária concursada, passar o período probatório e então *cabum!* travesti, mas não houve como... bastou a primeira insinuação de bonança e me joguei de cara.” (MOIRA, 2016, p. 122), onde se pode identificar o medo anterior à transição, que implica diretamente nas aspirações de vida da pessoa trans.

A pessoa trans já é excluída no recrutamento para a vaga de emprego, o seu papel de gênero, ou seja, o modo como à mesma se apresenta na sociedade, sua aparência e comportamento conforme o seu gênero, causa estranheza no/a empregador/a, o que

juntamente com o preconceito enraizado motiva-o a findar quaisquer possibilidades da trans conseguir o trabalho, não se leva em consideração a capacidade profissional da travesti e da transexual, suas formações, experiências e potencialidades são desconsideradas, uma vez que os/as contratantes atentam-se apenas para a aparência física, e o nome e o sexo de nascimento das pessoas trans, e à medida que identificam nas mesmas uma subversão do binarismo de gênero instituído socialmente, restringem o acesso das travestis e transexuais ao mercado de trabalho.

No âmbito societário, enfaticamente no momento da contratação, o empregador mesmo que indiretamente, elimina o possível candidato transexual à vaga, em decorrência de sua aparência e também pelo nome não condizer com sua aparência física. (DIAS; BERNARDINELLI, 2016, p. 244)

Ao supor, que a pessoa trans consiga um emprego, as dificuldades não cessão após a contratação, pelo contrário, de certa forma elas aumentam ainda mais, uma vez que a mesma será sujeita a “brincadeiras” maldosas por parte dos outros funcionários da empresa e até mesmo dos seus superiores, essas brincadeiras são utilizadas para mascarar a transfobia dentro do ambiente trabalhista, tratam-se de piadinhas de cunho pejorativo e sexual que assolam o cotidiano das travestis e transexuais nos seus respectivos trabalhos, e quando tais ocorrências juntam-se ao fato do não reconhecimento da pessoa trans pelo seu nome social, ocasiona um sofrimento ainda maior para as trans, já que são situações vexatórias que atacam diretamente a dignidade destas pessoas, assim é importante ressaltar que estas violências servem precisamente para comprometer a permanência das pessoas trans dentro dos ambientes de trabalho. Portanto, a partir do que foi comentado a priori, pode-se dizer que a pessoa trans tem dificuldade para entrar e para ficar no mercado de trabalho.

Nessa sequência, considerando que o transexual consiga efetivar-se na vaga pretendida, o mesmo ainda sofre com o preconceito e discriminação no meio ambiente laboral advindo de colegas de trabalho e superiores hierárquicos, ou seja, tanto em relação horizontais como verticais, o que nitidamente pode ser ainda mais degradante e indigno em decorrência das peculiaridades do contrato de emprego, com ênfase ao poder diretivo e subordinação. (DIAS; BERNARDINELLI, 2016, p. 253-254)

Conforme apresentado, para as pessoas trans permanecer no mercado de trabalho trata-se de um desafio, uma vez que as mesmas são constantemente violentadas, por colegas de trabalho, que utilizam de um humor maligno para esconder a transfobia enraizada.

Para a pessoa trans, permanecer no mercado de trabalho aparenta ser tão difícil quanto adentra-lo, uma vez que a mesma precisa lidar com um turbilhão de inseguranças, quanto à discriminação dos colegas de trabalho; as violências psicológicas, físicas, sexuais e morais, e

o medo de ter que mudar a sua aparência física para poder continuar no emprego; deixar de usar maquiagens e cortar o cabelo. E estes receios da pessoa trans no mercado de trabalho são ocasionados pela frequência com que deixam de ser inseguranças e passam a ser realidade, pela constância no número de trans que são forçadas a renunciar a sua maneira de ser, para poder permanecer em um trabalho que as violenta diariamente, que fere a dignidade e por vezes o corpo das mesmas.

A maioria das entrevistadas declarou não se sentir à vontade com o fato de ser travesti. Relataram sofrer de insegurança, receio de se expor e de chamar atenção, temores com relação aos preconceitos (sobretudo na empresa em que trabalham), necessidade de afirmação profissional e pessoal, receio de acomodação, dificuldade para assumir a profissão exercida, receio de ter que abrir mão das mudanças na aparência física. (RONDAS; MACHADO, 2015, p. 198)

A partir do que foi apresentado, entende-se que as vivências das pessoas trans nos seus respectivos empregos, estão condicionadas pelo medo da repressão, que as atinge continuamente de forma a obrigá-las a esconder as suas expressões de gênero nos locais de trabalho, induzindo uma adequação involuntária das mesmas aos padrões heteronormativos. Portanto, é importante ressaltar que a coerção da identidade trans, representa uma violência trabalhista.

Conforme já foi explanado, as trans possuem grandes obstáculos no momento da contratação para o mercado de trabalho formal, destacando-se a falta de escolaridade e principalmente a transfobia dos empregadores. Tendo em vista esse fato, as pessoas trans desenvolveram estratégias para conseguirem a inserção no ambiente trabalhista, como por exemplo, através de indicações de amigos, e referências de outras experiências profissionais, em casos específicos e incomuns, a trans obtém emprego por meio de notícias em jornais ou concursos públicos.

As formas usadas pelas travestis entrevistadas para a obtenção de emprego ou constituir um empreendimento têm sido os contatos pessoais, as influências de amigos, as referências de antigos empregadores e as associações entre amigas. Apenas uma entrevistada procurou e conseguiu emprego a partir de anúncio classificado de jornal. Outro caso diferenciado foi o da estratégia de uma entrevistada de buscar aprovação em concurso público. (RONDAS; MACHADO, 2015, p. 197)

Dada às dificuldades de acesso e permanência no mercado de trabalho formal, as trans visualizam o concurso público como uma oportunidade para a inserção no ambiente laboral, uma chance de contornar a contínua segregação que as mesmas sofrem na busca por emprego, dessa forma o concurso público é bastante almejado, uma vez que representa a possibilidade da pessoa trans se efetivar em um trabalho, com carteira assinada e sem a constante sensação



de insegurança, derivada do receio de ser despedida por conta da transfobia, no entanto, ser concursada não isenta a pessoa trans do preconceito, já que por muitas vezes a intolerância de seus superiores não lhe proporcionam a chance de uma promoção, mesmo que a trans seja a mais indicada para o cargo, a prioridade será do homem ou mulher cisgênero<sup>5</sup>.

Os discursos expõem que a principal alternativa de trabalho para os transexuais é o concurso público: “No meio privado é muito ruim, mas no meio público a gente ainda tem chance. Sabe, num concurso, a gente é um número” (E45). Contudo, conseguir um emprego público não livra completamente o transexual da discriminação, pois eles não conseguem ser promovidos, conforme E25, por exemplo, revela: “Se passa no concurso, as pessoas têm que aceitar. Claro que depois a gente sofre (risos), no meu caso nunca fui promovida”. (CARRIERI, SOUZA E AGUIAR, 2014, p. 91)

Conforme apresentado, percebe-se que as pessoas trans encontram no concurso público a possibilidade de conseguir um cargo efetivo e driblar a discriminação dos empregadores, uma vez que este processo seletivo é considerado democrático, contudo efetivar-se em uma instituição governamental não impede que as mesmas sofram preconceitos no ambiente trabalhista.

A prostituição frequentemente mostra-se como a última ou uma das primeiras saídas em vista do desemprego, das impossibilidades de sobrevivência ofertadas pelo mercado de trabalho formal, o que dependerá muito do contexto de cada pessoa trans, é sabido que todo ser humano necessita de uma atividade que lhe possibilite uma renda, para pagar suas contas, e manter recursos essenciais, como por exemplo, moradia e alimentação, ou seja, sem um ganho mensal o/a indivíduo/a não consegue sustentar a sua subsistência, as pessoas trans não são diferentes, as mesmas também precisam de um emprego para ao menos subsistir, daí que a prostituição apresenta-se como uma alternativa viável para resistir à discriminação social e trabalhista, esta realidade será discutida e explorada no tópico seguinte.

#### 4.3 A PROSTITUIÇÃO E SEUS OBSTÁCULOS

A sociedade tende a vincular travestis e transexuais à prostituição, esse estereótipo caracteriza-se como um preconceito à identidade de gênero destas pessoas, uma vez que está profissão é constantemente marginalizada, dessa forma rotular estas pessoas como profissionais do sexo significa estimular o assédio físico e verbal aos seus corpos, além de

---

<sup>5</sup> Termo utilizado para se referir à pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi determinado no nascimento.

contribuir para a discriminação das mesmas em diversas instâncias sociais, sendo o mercado de trabalho uma delas.

É como se a palavra puta estivesse tatuada em minha testa, e muito antes de eu fazer rua a primeira vez. Me veem como travesti e já me imaginam puta, e qual seu preço, se sou ativa, assédio como nunca vi antes, coisa de enlouquecer. (MOIRA, 2016, p. 122)

Conforme apresentado, entende-se que o rótulo de prostituta atribuído historicamente às pessoas travestis, trata-se de um estigma que incita o assédio as mesmas, e contribui para o processo de marginalização social que as atinge diariamente.

O desemprego atinge diversas pessoas no mundo, dentre elas está à população trans, tendo em vista que a identidade de gênero delas é um assunto vetado na sociedade, alvo de preconceitos, ocorre que a prostituição surge como uma alternativa viável para sobreviver, possivelmente a única forma de conseguir dinheiro para comer e dormir, por muitas vezes trata-se de uma necessidade e não uma escolha, e mesmo aquelas que possuem condições financeiras ainda serão classificadas como prostitutas.

Ser travesti já nos torna tabu, daí a maioria ainda encontra na prostituição a única forma de subsistência (e sabemos que seremos consideradas putas mesmo as poucas de nós que escaparem a esse destino)... (MOIRA, 2016, p. 192)

A partir do que foi apresentado, compreende-se a prostituição como a saída encontrada por grande parte das travestis que não conseguem um trabalho formal, essa “profissão” que se mostra lucrativa aparece como a chance de continuar existindo, e resistindo ao preconceito da sociedade.

As dificuldades das pessoas trans se estendem aos seus respectivos companheiros/as, ocasionando-os riscos à estabilidade social, familiar e até financeira, fato que talvez propicie obstáculos para os relacionamentos com estas pessoas, uma vez que a discriminação não se limita a elas, afetando assim todos/as aqueles/as que estão ao seu redor. A exclusão que travestis e transexuais sofrem diariamente por conta da intolerância à suas identidades de gênero, agrava-se com o fator da prostituição, duplicando as agressões psicológicas, assim como os riscos de violências físicas devido às condições de trabalho.

O olhar público, a família, o círculo social, às vezes até o trabalho pode estar em jogo, e só por estarem com a gente! A transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplifica a exclusão a que já estamos sujeitas meramente por existir. (MOIRA, 2016, p. 192)

Conforme apresentado, entende-se que o preconceito não atinge somente as travestis e transexuais, as pessoas com quem as mesmas desenvolvem laços afetivos também sofrem com a intolerância da sociedade.

Um relacionamento estável e saudável é o desejo de muitas pessoas, teoricamente isto é possível para quaisquer indivíduos, no entanto na realidade é bem diferente, ser travesti e transexual possivelmente já diminui as chances de uma relação estável, circunstância que se agrava quando além de trans trata-se de uma profissional do sexo, seguindo essa linha de raciocínio são duas vezes menos chances de encontrar o amor, “Fico me perguntando se haveria amor livre para nós travestis, em especial as 90% que estão no combo travesti + prostituta.” (MOIRA, 2016, p. 193).

Para muitas pessoas parece sem sentido e inviável defender as profissionais do sexo, possibilitar que as mesmas tenham direitos na prostituição, assim como as demais profissões, seria um afrontamento aos “bons costumes” e um atentado ao conservadorismo vigente, aos olhos da sociedade estas pessoas não merecem direitos e muito menos proteção, muitos ainda acreditam que elas escolheram essa profissão por vontade própria, ignorando todas as circunstâncias que propiciaram essa situação.

Você sabe que elas fazem por que precisam (?), não tem nada contra nem a favor, mas diz que é uma imoralidade defender que possam trabalhar em paz. Garantir direitos já seria demais! (MOIRA, 2016, p. 209)

Assim, entende-se que para a sociedade moralista a prostituição é uma atividade indigna, e por conta disso não deve ser considerada uma profissão como todas as outras, e muito menos possuir algum tipo de direito, dessa forma pode-se pensar que os direitos desta sociedade são exclusivamente direcionados aquelas profissões ditas convencionais, que são orientadas pelo que alguns chamam de “bons costumes”.

Pode-se dizer que o trabalho é uma atividade essencial para a existência humana, já que é através dele que o indivíduo obtém renda para manter sua subsistência e adquirir bens, contudo o trabalho não é a única necessidade do ser humano, o mesmo também precisa desenvolver relações sociais, a fim de viver harmonicamente em comunidade, dentre estas relações sociais destaca-se a familiar, em vista que se trata dos primeiros laços constituídos por qualquer indivíduo, que ao nascer normalmente encontra nos seus respectivos pais a proteção e o amor que precisa. A partir disso pode-se concluir que possivelmente o indivíduo que não possui trabalho e base familiar tem sua existência afetada, as travestis e transexuais

em sua maioria são exemplos desta situação, além de serem frequentemente atingidas pela discriminação e a marginalização da sociedade, devido à intolerância sobre suas identidades e orientações sexuais, estas pessoas por muitas vezes ainda são expulsas de casa pela família e não conseguem emprego no mercado de trabalho, o que acaba por fazê-las recorrer à prostituição, que para muitas aparece como o único meio para continuar existindo, para ter uma moradia e comida na mesa, dessa forma também se pode interpretar o universo do trabalho sexual como um espaço de resistência, de luta contra o completo extermínio.

A prostituição é destacada, também, como a única saída pelas travestis e transexuais que são excluídas e rejeitadas no mercado de trabalho e também na família. (LONGARAY e RIBEIRO, 2016, p. 778)

A prostituição proporciona a chance de possuir uma renda, contudo, a mesma acarreta riscos, uma vez que os locais de trabalho das profissionais do sexo, as ruas, os becos e as esquinas, se tornam ambientes perigosos, que ficam à mercê da violência, assim as travestis prostitutas estão sujeitas a assaltos, estupros e assassinatos, pois viram alvos de estupradores, assassinos, bandidos e dos que as deveriam proteger, como por exemplo, os policiais. No entanto a prostituição é uma das únicas formas de trabalho encontrada pelas travestis, o que explica o fato de estarem nessa profissão mesmo conscientes de todos os riscos.

De acordo com diversas literaturas existentes sobre travestilidade e prostituição, já é sabido que as travestis fazem parte de grupos de risco, que são violentadas, que são presas fáceis de assassinatos decorrentes da grande exposição na rua. Também é sabido que a prostituição é uma das poucas saídas diante da exclusão no mercado de trabalho e do preconceito que tem início ainda na escola. (NOGUEIRA e LEÓN, 2012, p. 60)

De acordo com o que foi exposto, entende-se que o perigo faz parte do universo da prostituição, e que as travestis permanecem nessa atividade por conta da não eficácia do direito ao trabalho, que é assegurado pelo artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Para a travesti, o universo da prostituição significa mais que um espaço de trabalho, não se trata apenas de ganhar dinheiro, de sobrevivência, trata-se também da possibilidade de viver a própria sexualidade, sem a visível discriminação social do dia a dia, dessa forma a prostituição emerge como um refúgio, de todo o preconceito, intolerância e exclusão que a travesti é submetida na sociedade, o que era antes um ambiente exclusivo para ganhos financeiros, torna-se um local onde se pode encontrar conforto social, psicológico e por vezes sexual. É na rua que a travesti se sente desejada, pois os olhares de julgamento e repressão passam a ser visíveis indícios de atração.

Vale destacar que a prostituição travesti vai além das necessidades materiais ou de uma alternativa que lhes sobra diante das impossibilidades de serem inseridas por outras vias no mercado de trabalho. As ruas e as esquinas se constituem em espaços que lhes proporcionam sociabilidade, identificação e a sensação de ser alvo de desejo. (NOGUEIRA e LEÓN, 2012, p. 64)

Assim, a prostituição é um espaço que tem por finalidade proporcionar ganhos financeiros através do trabalho sexual, contudo, o lucro dos programas realizados nem sempre é o suficiente para pagar todas as despesas e investimentos das profissionais do sexo, como, por exemplo, os gastos com roupas, saltos, maquiagens e etc., possivelmente na maioria das vezes, o dinheiro que a travesti prostituta consegue serve apenas para manter a sua subsistência, ou seja, sua moradia e alimentação, em vista que muitas travestis se aventuram na prostituição em outras cidades, deixando ou sendo deixadas pelas suas famílias e cidades de origem, estas precisam garantir sozinhas os seus sustentos, além é claro do capital para financiar os custos com a montagem, ocasionalmente o álcool e as drogas também podem aparecer como despesas adicionais.

O dinheiro obtido por meio da prostituição muitas vezes era insuficiente para atender os gastos pessoais, que incluíam os custos com roupa, sapatos, maquiagem, peruca, aplicações de silicone e todos os apetrechos necessários para a *montagem*<sup>4</sup>; às vezes, os gastos incluíam também a dependência do álcool ou outras drogas. (JIMENEZ; ADORNO, 2009, p. 347)

Conforme apresentado, compreende-se que o dinheiro que a travesti ganha na prostituição não paga todos os seus gastos, como por exemplo, as roupas que a mesma compra para seduzir e excitar os seus clientes, e dessa forma tentar obter mais lucros.

Pode-se dizer que o ato de sonhar não é exclusivo a homens e mulheres cisgêneros heterossexuais, empregados/as em trabalhos tidos como convencionais, as travestis também sonham, e mesmo aquelas que habitam o mundo da prostituição não deixam de realizar este feito, assim como qualquer outra trabalhadora, as travestis prostitutas almejam melhores condições trabalhistas e salariais, dessa forma, viajar para fora do país e tentar no estrangeiro uma carreira na prostituição, possivelmente aparece como um propósito a ser alcançado, uma vez que a prostituição em continentes como a Europa é cada vez mais vislumbrada, o que porventura pode estimular travestis que residem em cidades pequenas a migrarem para trabalhar na prostituição em cidades grandes, visando expandir o trabalho sexual a fim de realizar o sonho da prostituição internacional, a partir desta premissa é possível cogitar a possibilidade de algumas travestis prostitutas utilizarem da prostituição em países como o Brasil, como o pontapé inicial para a conquista do sonho do trabalho sexual no estrangeiro.

Argumento que a vivência da prostituição e o sonho de trabalhar na Europa integraram o universo da travesti, compondo sua subjetividade. A percepção das estratégias migratórias desenvolvidas com o propósito de materializar esse sonho são frequentemente dissonantes dos argumentos das agências oficiais do uso de engano ou fraude e mesmo de aliciamento. (TEIXEIRA, 2008, p. 278)

Conforme apresentado, pode-se entender que as travestis idealizam uma prostituição mais recompensadora na Europa, que as possibilite uma remuneração justa, contudo essa ideia pode ser muito perigosa, uma vez que muitas geralmente buscam maneiras mais rápidas de conseguir o dinheiro para viajar e manter-se fora do país, o que as faz alvos de pessoas maliciosas, que por vezes trabalham a margem das leis.

A discriminação que as travestis sofrem diariamente na sociedade, impossibilita que as mesmas tenham quaisquer oportunidades fora do universo da prostituição, a intolerância perante as suas identidades, expressões e papéis de gênero restringe as possibilidades das travestis, o que contribui significativamente para o constante processo de marginalização que estas são submetidas em todas as instâncias sociais. A postura heteronormativa imposta pela sociedade inibe na população qualquer ato de empatia ao diferente, uma vez que o mesmo é considerado inadequado, desprezível e indigno de direitos. Embora atingidas cotidianamente pela transfobia, à violência física e psicológica contra travestis, transexuais e transgêneros, as travestis persistem nas políticas de enfrentamento ao preconceito e a discriminação, resistindo sempre à completa exclusão social, Borba (2010) comenta o caso de um grupo de travestis militantes, que em 1999 fundaram uma ONG (Organização não governamental), nomeada Liberdade, instituição que tem por objetivo promover a melhoria das condições de vida das travestis, assim como propiciar políticas de assistência dignas aquelas que trabalham como profissionais do sexo na Cidade do Sul.

Por viverem nos limiares discursivos dos gêneros, as travestis têm sido marginalizadas e impedidas de levar suas vidas fora da prostituição. Preconceito, violência, estigmatização e a impossibilidade de viver “durante o dia” levaram um grupo de travestis, politicamente engajadas, a estruturarem uma organização não-governamental que visa à melhoria das perspectivas sociais das travestis na Cidade do Sul. Inaugurada em 1999, por um grupo de travestis politicamente engajadas e insatisfeitas com as políticas assistencialistas, quase inexistentes, orientadas para as travestis profissionais do sexo da Cidade do Sul, a ONG Liberdade é dirigida por travestis, contudo, duas mulheres, que se constroem como heterossexuais de classe média, trabalham na ONG com funções burocráticas essenciais para o desenvolvimento eficiente de seus projetos. (BORBA, 2010, p. 22)

De acordo com o que foi exposto, é possível entender que as travestis são cotidianamente alvos do repúdio e opressão da sociedade, esta que historicamente as persegue

e violenta, contudo também se podem notar os processos de resistência desenvolvidos pelas travestis, como a ONG Liberdade apresentada por Borba (2010). A própria APLOGS, ONG que desenvolve uma militância LGBT+ em Guaiúba-CE, é outro exemplo destes processos de resistência, fundada pela atual presidente Ullanova Venuto, suas mobilizações começaram em 2005, e com CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) a partir de 2007, ano que também passou a exercer atividades junto a outras ONGs, a associação tem por objetivo defender e promover a livre orientação sexual e os direitos humanos de pessoas LGBTs, assim como a prevenção de DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis) dentre estes/as moradores/as do município de Guaiúba.

A vivência da travestilidade é frequentemente associada à prostituição, dessa forma a sociedade estigmatiza a maioria das travestis como prostitutas, ocasionando-as um constante processo de discriminação, o que possivelmente torna a própria existência travesti uma “condenação”, sentenciando estas pessoas a uma vida difícil, isenta de oportunidades e sujeita a violências. Existem coletivos que trabalham em prol dos direitos das travestis, travando lutas contínuas contra as premissas heteronormativas da sociedade, a fim de validar o ingresso de pessoas trans nas políticas públicas educacionais e trabalhistas, e deslegitimar os estereótipos que tendem a ligar as mesmas a depravação e a violência, estas organizações também apontam que não necessariamente as travestis são ou serão profissionais do sexo, uma vez que a prostituição não é uma condição inerente a todas as travestis.

Durante muito tempo as experiências travestis foram – e em algumas discussões continuam sendo – intimamente relacionadas à prática da prostituição. No entanto, tem sido grande o esforço de alguns grupos pela desmistificação das travestis como profissionais apenas do sexo, o que inclui a luta para que tenham direito ao acesso e permanência na escola em todos os níveis, garantindo ainda a profissionalização diversificada. (AMARAL et al., 2014, p. 305)

A partir do que foi apresentado, pode-se dizer que embora as travestis sejam tradicionalmente estigmatizadas como prostitutas, muito se têm lutado para quebrar este paradigma, a fim das mesmas terem a oportunidade de ocupar outros espaços, como a escola, a universidade e ambientes de trabalho com carteira assinada, não sendo limitada exclusivamente a atividade sexual.

A prostituição é um espaço de múltiplos significados para as travestis, há aquelas que consideram o trabalho infame, desonrado, almejando o quanto antes abandonar essa atividade, uma vez que exclusivamente a praticam por necessidade financeira, pois o universo da prostituição foi o único lugar de sobrevivência encontrado por elas, considerando que muitas perdem o apoio familiar, já algumas compreendem a profissão como a oportunidade de

construir uma vida melhor, devidamente estruturada socialmente e financeiramente, onde se é possível conquistar bens materiais, à custa de muito trabalho, dessa forma a prostituição surge como a única porta aberta encontrada dentre tantas fechadas, a chance de alcançar objetivos que se destaca diante das inviabilidades da sociedade, outras entendem a prostituição de uma forma bastante distinta, considerando-a um trabalho como outro qualquer, que proporciona lucros, além de um espaço de acolhimento social, onde se podem criar laços de amizade e até mesmo de amor, uma atividade que pode conciliar dinheiro e prazer sexual, visto que o programa também pode ser prazeroso pra travesti, não restringido a satisfação somente ao cliente.

A prostituição é entendida de diversas formas pelas travestis: (1) como uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível; (2) como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas; (3) como um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade. (PELÚCIO, 2005, p. 223)

A partir do que foi comentado anteriormente, pode-se compreender a prostituição como um espaço bastante complexo, que dispõe de múltiplos significados, um universo passível de interpretações distintas, onde se constitui diferentes realidades, de pessoas com histórias de vida conflituosas, que encontraram no trabalho sexual uma saída ou uma oportunidade, por fim é importante frisar que mesmo marginalizada a prostituição não deixa de ser uma “profissão” que assim como as demais, possui suas vantagens e desvantagens.

## **5 METODOLOGIA**

Os processos metodológicos desta pesquisa objetivam compreender, descrever e analisar a situação de travestis e transexuais no mercado de trabalho do município de Guaiúba-CE. As metodologias utilizadas consistem no método qualitativo de pesquisa, partindo de um caráter exploratório, tendo como técnicas específicas às entrevistas semiestruturadas, observação participante e notas de campo. O método de abordagem da pesquisa, base lógica da investigação, é o método hipotético-dedutivo.

A pesquisa qualitativa é ideal quando se trata de um estudo com caráter social, pois visa analisar circunstâncias específicas da vida de determinado grupo, Segundo Flick (2013, p. 25) “Uma vantagem da pesquisa qualitativa é que uma análise detalhada e exata de alguns casos pode ser produzida, e os participantes têm muito mais liberdade para determinar o que é importante para eles e para apresentá-los em seus contextos.”, ou seja, o método propicia ao/a



participante da pesquisa uma autonomia para desenvolver livremente a sua fala, afinando assim a distância entre pesquisador e participante, diferentemente da pesquisa quantitativa que possui perguntas com respostas pré-determinadas, impossibilitando dessa forma que o/a participante utilize das suas palavras para relatar o que se pede.

A pesquisa exploratória investiga de forma mais precisa a problematização do estudo, por muitas vezes a fim de pressupor a sua causa, Segundo Gil (2010, p. 27) “As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa a considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.”, assim pretende examinar as peculiaridades relacionadas ao problema, estimulando ligações entre as mesmas, com o objetivo de compreender amplamente o contexto da problemática estudada.

As entrevistas semiestruturadas são comuns em pesquisas de cunho qualitativo, uma vez que aproximam diretamente o pesquisador e os/as participantes da pesquisa, propiciando um diálogo informal entre os mesmos, através de perguntas abertas ou semiestruturadas o investigador compreende claramente a posição do/a entrevistado/a sobre tal acontecimento ou situação, Segundo Flick (2013, p. 115) “O objetivo da entrevista é obter as visões individuais dos entrevistados sobre um tema. Por isso, as questões devem dar início a um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado.”, pode-se entender as entrevistas semiestruturadas como uma técnica de pesquisa mais didática, uma vez que não limita os interlocutores/as a respostas fechadas e objetivas.

A observação participante permite que o investigador tenha um contato direto com os/as participantes do estudo, Segundo Gil (2010, p. 121) “A observação participante consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, da organização ou do grupo em que é realizada a pesquisa. O observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo.”, através de diálogos informais desenvolvidos entre os/ indivíduos/as e o pesquisador, o investigador tem a oportunidade de analisar as opiniões e até mesmo frustrações do/a participante. A inserção do pesquisador no campo de estudo possibilita que o mesmo entenda o cotidiano dos/as membros/as do grupo pesquisado.

As notas de campo são uma ferramenta utilizada pelo pesquisador a fim de registrar suas observações momentâneas, trata-se de anotações rápidas normalmente feitas em cadernos de bolso, Segundo Gil (2010, p. 130) “As notas de campo são constituídas pelos dados

obtidos mediante observação ou entrevista.”, quando o investigador está em campo geralmente existe a necessidade de anotar alguns fatos ou interpretações essenciais para a análise dos dados, dessa forma utiliza-se as notas de campo como um registro prático para que não ocorra a perda de informações fundamentais, Segundo Gil (2010, p. 130) “Como o trabalho de campo é exaustivo, o pesquisador pode ficar tentado a parar ou a postergar a tomada de notas. Mas elas devem ser redigidas o mais rápido possível após a obtenção dos dados para evitar a perda de detalhes importantes.”, pode-se entender que as notas de campo são de fundamental importância para o investigador, já que a memória do ser humano por vezes mostra-se insuficiente para o armazenamento de observações rápidas e precisas.

O método hipotético-dedutivo consiste na identificação de um problema e na formulação de hipóteses para serem testadas, através de testes o pesquisador testará todas as hipóteses a fim de eliminar as falsas, e apontar aquelas hipóteses que podem solucionar o problema em questão, Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 32) “O método hipotético-dedutivo inicia-se com um problema ou uma lacuna no conhecimento científico, passando pela formulação de hipóteses e por um processo de inferência dedutiva, o qual testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela referida hipótese.”, esse método não busca alcançar um conhecimento irrefutável, uma vez que compreende o conhecimento absoluto como inatingível, o objetivo é que sejam descartadas todas as hipóteses incorretas encontradas, visando um conhecimento que se aproxime ao máximo da realidade.

Compreende-se que as metodologias comentadas anteriormente, são de fundamental importância para o pesquisador conquistar a confiança dos/as seus interlocutores/as, de forma a obter respostas espontâneas e verídicas nas entrevistas, que descrevam o mais fielmente possível a problemática investigada, além de desenvolver observações significativas no campo de pesquisa.

O presente estudo tem como campo de pesquisa a cidade de Guaiúba-CE, precisamente o mercado de trabalho desta região. Guaiúba é um município do estado do Ceará, a mesma é parte da região metropolitana de Fortaleza e do Polo Serra de Guaramiranga, fazendo fronteira geográfica com os municípios de Pacatuba, Acarape, Maranguape, Horizonte, Pacajus e Palmácia, a cidade fica a 26,1 km de distância da sua capital, Fortaleza, possuindo a CE-060 como a principal via de acesso. As terras que deram origem ao município foram doadas em 8 de setembro de 1682, mas a ocupação se deu entre os

séculos XIX e XX. A partir do século XX a história da cidade inicia-se com a produção de café, uma vez que a mesma apresenta solos férteis para o cultivo da cultura.

Para a entrada no campo de pesquisa pretende-se estabelecer um vínculo com a APLOSG (Associação pela Livre Orientação Sexual de Guaiuba), a fim de que através da instituição seja possível encontrar possíveis interlocutoras, dispostas a relatarem sobre as suas experiências no mercado de trabalho da região, a priori a ONG (Organização não Governamental) irá possibilitar o contato do pesquisador com a população trans do município, uma vez que a instituição desenvolve comumente trabalhos voltados para esse público. Tendo em vista que a APLOSG promove eventos, cursos e palestras para a população de Guaiúba. A presença do pesquisador nesses encontros será imprescindível, pois o mesmo terá a oportunidade de avaliar possíveis interlocutoras para o estudo.

A pesquisa entrevistará 10 pessoas, que se auto identifiquem como travestis ou mulheres transexuais, espera-se a disponibilidade de 5 travestis e 5 mulheres transexuais, com idade variando entre 18 e 65 anos, estando elas em situação de desemprego, trabalhando de maneira formal, informal ou autônoma, exclusivamente moradoras do município de Guaiúba, que estejam residindo na sede da localidade ou em algum de seus distritos, as entrevistadas serão escolhidas conforme apresentarem as especificidades comentadas anteriormente, não havendo restrições por níveis de escolaridade, classes sociais ou religiões. A pessoa que se encaixar nos critérios de participação e aceitar o convite para ser interlocutora considerando a submissão da pesquisa ao Comitê de Ética da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) será submetida à entrevista com o pesquisador, a conversa terá caráter informal, caso a entrevistada não se sinta a vontade para responder alguma das perguntas do entrevistador, a mesma terá toda a liberdade para optar por não responder, os nomes das participantes da entrevista serão preservados, a fim de preservar a identidade das mesmas, evitando possíveis exposições desnecessárias. As entrevistas serão realizadas nos dias, horários e lugares convenientes a entrevistada, em vista que a mesma estará participando do estudo por livre e espontânea vontade, sem quaisquer ganhos, entretanto haverá um período determinado para a realização de todas as entrevistas.

Inicialmente encontrou-se apenas uma dificuldade na pesquisa, está foi em relação a bibliografias sobre o tema, pois poucos dos estudos encontrados eram direcionados especificamente para a problemática em questão, muitos compreendiam as vivências de travestis e transexuais exclusivamente pela perspectiva da saúde. Todavia os trabalhos

referenciados apresentaram grandes potenciais teóricos, uma vez que contribuíram positivamente para uma ampla compreensão do pesquisador, sobre o contexto da problemática estudada.

O embasamento teórico do presente trabalho foi realizado mediante a coleta, sistematização e análise dos dados coletados no Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O Capes é uma plataforma digital que reúne inúmeros trabalhos científicos, das mais variadas áreas do conhecimento, atualmente é uma referência quando se trata de banco de dados para pesquisas bibliográficas: “O Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é um sistema de busca bibliográfica, que reúne registros desde 1987. Possui como referência a Portaria nº 13/2006, que instituiu a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos.” (CAPES, 2017).

A história da plataforma compreende um processo de modificações, desde a sua criação a mesma já trocou de nome e de aplicativos responsáveis por suas atualizações: “O anteriormente denominado de Banco de Teses e Dissertações começou a ser alimentado pelo aplicativo Coleta em 1987. A partir de 1996, continuou a ser atualizado pelo aplicativo eletrônico chamado Cadastro de Discentes. Atualmente, tanto os metadados quanto os arquivos completos das teses e dissertações são informados diretamente à Capes pelos programas de pós-graduação, que se responsabilizam pela veracidade dos dados, na Plataforma Sucupira e sincronizados periodicamente com o Catálogo.” (CAPES, 2017).

Inicialmente, consultou-se o banco de dados do Capes, disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>, em busca de trabalhos científicos sobre a temática abordada pelo presente estudo, no caso o acesso e permanência de travestis e transexuais no mercado de trabalho, contudo não se obteve resultados satisfatórios, na opção “busca avançada” restringiu-se a pesquisa por títulos, utilizando as palavras chaves “travesti” e/AND “mercado de trabalho”, dois únicos resultados foram encontrados, que acabaram direcionando o pesquisador para sites aleatórios, portanto sem acesso aos conteúdos dos respectivos trabalhos, outra combinação de termos foi realizada, desta vez usando as palavras “transexual” e/AND “mercado de trabalho”, um único resultado foi encontrado, que por sua vez também levou a uma página aleatória, por fim tentou-se uma última combinação de

palavras chaves, ao buscar por “travesti e transexual” e/AND “mercado de trabalho”, nenhum resultado foi encontrado.

Posteriormente, buscou-se por trabalhos sobre travestis e transexuais na prostituição, temática que também é abordada pelo presente estudo, na opção de busca simples ou geral, utilizou-se as palavras “travesti” e “mercado de trabalho”, muitos resultados foram encontrados, notou-se que ao utilizar o termo “transexual” o número de resultados diminuía consideravelmente, portanto, o pesquisador optou por deixar apenas as duas palavras citadas inicialmente, dentre os trabalhos que surgiram a partir destas palavras, o investigador fez um levantamento sobre aqueles considerados mais pertinentes para a pesquisa, esta classificação foi realizada mediante alguns critérios, como por exemplo, está em língua portuguesa, ser razoavelmente atual e dialogar diretamente com a realidade das pessoas trans na prostituição.

Os trabalhos foram sistematizados no Quadro 1, de forma a especificar o ano da publicação, o título, a instituição de ensino superior e a autoria.

**Quadro 1 – Especificidades dos artigos encontrados no Capes, sobre prostituição travesti e transexual.**

ARTIGOS			
ANO	TÍTULO	IES	AUTORIA
2005	<b>Na noite nem todos os gatos são pardos Notas sobre a prostituição travesti</b>	UNICAMP	Pelúcio, Larissa
2008	<b>L'Italia dei Divieti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição</b>	UNICAMP	Teixeira, Flávia do Bonsucesso
2009	<b>O sexo sem lei, o poder sem rei: Sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti</b>	UNICAMP	Jimenez, Luciene. Adorno, Rubens C. F.
2010	<b>Intertext(sex)ualidade: a construção discursiva de identidades na prevenção de DST/AIDS entre travestis</b>	UNICAMP	Borba, Rodrigo
2012	<b>“Trabalhadas no feminino”: um estudo sobre corpo, desejo e prostituição travesti em Fortaleza-CE</b>	UFPB	Nogueira, Francisco Jander de Sousa. León, Adriano Gomes de.
2014	<b>“Do travestismo às travestilidades”: Uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010</b>	UFSC	Amaral, Marília dos Santos. Silva, Talita Caetano. Cruz, Karla de Oliveira. Toneli, Maria Juracy Filgueiras.
2016	<b>Travestis e Transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade</b>	FURG	Longaray, Deise Azevedo. Ribeiro, Paula Regina Costa.

A pesquisa foi dividida em três etapas, a fim de proporcionar organização ao estudo, dessa forma o pesquisador não ficará sobrecarregado realizando diversas etapas da pesquisa aleatoriamente e simultaneamente, assim o mesmo poderá concluir cada momento da investigação com bastante cuidado e paciência, sem uma devida divisão da pesquisa por fases o trabalho pode ficar desorganizado, logo os/as leitores/as terão dificuldades para a compreensão dos dados coletados. É importante ressaltar que antes da execução das etapas que serão comentadas posteriormente, o trabalho será submetido ao Comitê de Ética.

A primeira destas etapas compreende a identificação das interlocutoras da pesquisa, como estratégia o pesquisador irá aproximar-se da APLOGS (Associação pela Livre Orientação Sexual de Guaiuba), e após vínculos constituídos o mesmo deverá frequentar as reuniões e encontros da instituição, a fim de conhecer o seu público alvo, identificando as travestis e transexuais existentes no município, assim como a situação trabalhista das mesmas, em seguida ocorrerá à apresentação do estudo que será desenvolvido e os objetivos a serem alcançados, juntamente com o convite a participarem da pesquisa.

O pesquisador deve identificar os indivíduos aptos para o estudo em questão, e selecioná-los de forma intencional, com o intuito de encontrar aqueles que melhor contribuirão para pesquisa, deve-se considerar o local de realização da pesquisa, os/as protagonistas do estudo, ou seja, aqueles/as que serão entrevistados/as, os acontecimentos que serão observados na vida destes indivíduos, e a evolução destas ocorrências no cotidiano dos mesmos.

A ideia que está por trás da pesquisa qualitativa é a seleção intencional dos participantes ou dos locais (ou dos documentos ou do material visual) que melhor ajudarão o pesquisador a entender o problema e a questão de pesquisa. (CRESWELL, 2010, p. 212)

Após a identificação das primeiras interlocutoras da pesquisa, o pesquisador solicitará que estas apontem outras pessoas para também participarem do estudo, essa metodologia se chama abordagem em bola de neve (snowball), que consiste no desenvolvimento de uma rede pessoal de indivíduos aptos para as entrevistas, formada por cadeias de participantes, criadas através da sucessiva indicação de indivíduos para a pesquisa, indicações estas feitas pelos sujeitos anteriores, os indivíduos vão somando-se uns aos outros como em uma bola de neve, e à cadeia somente termina quando o pesquisador atinge o número de participantes necessários para o estudo.

O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostragem não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. (VINUTO, 2014, p.203)

Conforme apresentado, pode-se entender que a amostragem em bola de neve, trata-se de uma estratégia que é utilizada quando o pesquisador trabalha com pessoas dificilmente acessíveis, por exemplo, grupos socialmente marginalizados, como é o caso do público alvo da presente pesquisa.

Após a seleção das interlocutoras realiza-se a segunda etapa da pesquisa, que consiste na execução das entrevistas, as indivíduos que aceitarem e apresentarem os critérios para participação do estudo, como identidade de gênero, idade e residência, serão submetidas a uma entrevista semiestruturada com o investigador, os diálogos serão registrados através de gravações, contudo notas de campo serão redigidas durante as entrevistas, no caso de ocorrer algum problema técnico com o gravador, como por exemplo, o mesmo parar de gravar ou funcionar em determinado ponto da entrevista sem que o pesquisador perceba, dessa forma evitam-se possíveis transtornos.

Os pesquisadores registram informações das entrevistas fazendo anotações escritas à mão, gravando-as em áudio ou em vídeo. Mesmo que uma entrevista seja gravada, recomendo que os pesquisadores façam anotações, no caso de o equipamento de gravação falhar. (CRESWELL, 2010, p. 216)

A partir do que foi apresentado, compreende-se a necessidade do investigador ter bastante atenção durante as entrevistas, desenvolvendo medidas de precaução, a fim de não ocasionar danos aos resultados da pesquisa.

As entrevistas seguirão um roteiro de perguntas pré-formuladas, que estarão sujeitas a mudanças em quaisquer momentos da conversa, a ordem que as perguntas serão feitas não é determinada, uma vez que durante o diálogo a própria entrevistada poderá adentrar outras perguntas, pois a entrevista não tem como finalidade restringir a fala da participante, as perguntas propostas iram ser pertinentes ao estudo, a fim de atingir os objetivos da pesquisa, conforme Lakatos e Marconi (2011, p.273) “O objetivo das entrevistas qualitativas é obter respostas sobre o tema ou problema a investigar.”. Durante as entrevistas o pesquisador seguirá os parâmetros éticos de pesquisa, a fim de legitimar precisamente os dados coletados, e favorecer resultados verídicos, proporcionando ao estudo um caráter íntegro, dessa forma não se fará uso de perguntas tendenciosas, que possam persuadir ou induzir a entrevistada a

responder a questão de uma determinada forma, o investigador também propiciará um ambiente harmônico para a participante do estudo, aonde a mesma irá se sentir confortável e livre para responder as questões da maneira que lhe for cabível.

A entrevista deve ser um diálogo espontâneo, porém profundo, aberto, cuidadoso, descartando perguntas muito diretas. Deve-se também evitar incomodar o entrevistado com perguntas tendenciosas. (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 273)

Conforme apresentado, entende-se que o pesquisador deverá possibilitar a sua interlocutora, uma conversa natural, tranquila e respeitosa, utilizando sempre da ética para formular e realizar as suas perguntas.

Após as entrevistas semiestruturadas, a observação participante compõe a terceira e última etapa da pesquisa, o investigador adentrará o campo de pesquisa, visando observar o cotidiano de suas interlocutoras, no caso as vivências de travestis e transexuais no mercado de trabalho do município de Guaiúba, a observação vai abranger diversos pontos, como por exemplo, onde estas pessoas trabalham, o que ocorre nestes ambientes, em que profissões comumente elas estão inseridas, em quais circunstâncias ocorrem à busca por emprego, qual a frequência das oportunidades de trabalho, em que condições vivem as que não trabalham, quais as alternativas desempenhadas pelas que não possuem trabalho de carteira assinada, e etc. Através de notas de campo, o pesquisador registrará suas observações em um caderno de bolso, em razão de ser fácil de carregar e prático para anotações rápidas.

Para a observação participante o investigador precisará conquistar a confiança das interlocutoras da pesquisa, fazendo-as compreender a importância do estudo em questão, e consentir participação no mesmo. É importante ressaltar que a presença do pesquisador no cotidiano de sua interlocutora implica no caráter e profissionalismo do próprio, dessa forma o pesquisador da presente pesquisa deverá se comprometer com a confidencialidade dos nomes das suas interlocutoras, assim como as informações e aspectos particulares da vida das mesmas.

Implica a interação entre investigador e grupos sociais, visando coletar modos de vida sistemáticos, diretamente do contexto ou situação específica do grupo. (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 279)

A partir do que foi apresentado, entende-se que a observação participante é uma técnica utilizada com o propósito de colher informações sobre aspectos específicos da vida de determinado grupo.



Após as entrevistas semiestruturadas com as participantes da pesquisa, ocorrerá a realização das análises. A interpretação dos dados será realizada por meio da criação de categorias. O processo de análise dos dados coletados será dividido em três etapas, que serão comentadas posteriormente, esta divisão por etapas tem o objetivo de promover a organização dos dados. A primeira etapa compreende a codificação aberta que será responsável pela síntese do material coletado, a partir disto trechos específicos dos diálogos serão interpretados e divididos em categorias, que serão constituídas por códigos, ou seja, por frases ou palavras que resumem o sentimento, pensamento ou atitude expressa no trecho.

A codificação aberta tem a finalidade de expressar dados e fenômenos na forma de conceitos. Com esse propósito, os dados são primeiramente desemaranhados (“segmentados”). As expressões são classificadas pelas unidades de significado (palavras isoladas, sequências curtas de palavras) com o objetivo de associar anotações e sobretudo, “conceitos” (códigos) a estas. (FLICK, 2009, p. 277-278)

Conforme apresentado, entende-se que a codificação aberta trabalha de forma a sintetizar os dados colhidos nas entrevistas, favorecendo a organização dos resultados da pesquisa.

Na segunda etapa será realizada a codificação axial, onde as categorias criadas na codificação aberta serão aperfeiçoadas e distinguidas. Nesse momento são selecionadas as categorias que apresentam maior relevância para o estudo, a fim de submetê-las a um processo de melhoria, a frequência com que estas categorias se vinculam com as demais também será observada, o aperfeiçoamento das mesmas será realizado através de perguntas e comparações empregadas, ao final estas categorias serão relacionadas com as outras encontradas.

A próxima etapa refere-se ao aprimoramento e à diferenciação das categorias resultantes da codificação aberta. A partir dessa grande quantidade de categorias que foram geradas, selecionam-se aquelas que pareçam mais promissoras para um posterior aperfeiçoamento. (FLICK, 2009, p. 281)

A partir do que foi exposto, compreende-se a segunda etapa como a continuidade do trabalho realizado na primeira, onde ocorre um processo de seleção, das categorias que foram consideradas mais importantes, possivelmente aquelas que tiveram mais trechos dos diálogos atribuídos, a fim de aperfeiçoá-las.

Na terceira e última etapa das análises será utilizada a codificação seletiva, onde haverá a continuidade do trabalho realizado na codificação axial, contudo a continuação

ocorrerá de forma mais precisa, a fim de alcançar uma categoria central através da interpretação das categorias, a categoria encontrada terá como finalidade propiciar ao investigador uma maior compreensão sobre o contexto do problema estudado.

A terceira etapa, a codificação seletiva, dá continuidade à codificação axial em um nível muito superior de abstração. Nessa etapa, há um aperfeiçoamento do desenvolvimento e da integração da codificação, em comparação com outros grupos. (FLICK, 2009, p. 282)

Conforme apresentado, entende-se que a codificação seletiva parte das categorias que foram selecionadas e aperfeiçoadas na segunda etapa, trabalhando de forma a distinguir dentre as mesmas, uma categoria principal, que torna-se primordial para a compreensão dos resultados da pesquisa.

Ao final das análises do material coletado, as transcrições dos áudios das entrevistas serão anexadas ao trabalho final, é importante frisar que todas as participantes do estudo deverão assinar espontaneamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) preparado pelo investigador, com o objetivo de formalizar o estudo, seguindo os parâmetros do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

A princípio não é possível identificar precisamente o que está sendo fácil ou difícil, já que ainda não ocorreu a inserção do pesquisador no campo de pesquisa, contudo houve facilidade de se encontrar referências sobre a temática em diversas plataformas digitais, assim como notícias relevantes em alguns sites da internet, provavelmente devido à “frequência” de LGBTs na mídia, como cantoras Drag Queens famosas, e a presença de gays, lésbicas, travestis e transexuais em novelas exibidas nos horários de grande audiência, produzidas por influentes canais de televisão.

O pesquisador por ser um homem homossexual, e militante da causa LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), terá mais proximidade com as suas interlocutoras, relação essa que se fortalecerá por conta da APLOSG (Associação pela Livre Orientação Sexual de Guaiúba) no município, dessa forma, pode-se considerar a orientação sexual do pesquisador como uma potencialidade que vai aproxima-lo da empatia das suas interlocutoras.

Por fazer parte da comunidade LGBT, o pesquisador apresenta domínio sobre os termos, assuntos, desafios e objetivos do movimento, o que propiciará que o mesmo através destes conhecimentos tenha mais facilidade na comunicação com a população trans do



<b>em evento científico</b>									
<b>Revisão / redação final / entrega</b>									<b>X</b>

## 7 RESULTADOS ESPERADOS

Por resultados, espera-se identificar a localização das pessoas trans dentro do mercado de trabalho do município de Guaiúba-CE, assim como destacar as oportunidades disponíveis para as mesmas, e a realidade destas dentro de seus respectivos ambientes trabalhistas. A pesquisa também aspira descrever as alternativas de trabalho encontradas pelas travestis e transexuais, que se encontram em situação de desemprego e não conseguem a inserção no mercado de trabalho.

O presente trabalho tem a expectativa de contribuir com as vivências de travestis e transexuais no mercado de trabalho, especificamente aquelas que residem na cidade de Guaiúba-CE, uma vez que se trata de um grupo de pessoas consideradas tradicionalmente como marginais pela sociedade heteronormativa, onde o fato de não se enquadrarem no binarismo de gênero imposto, as torna vítimas de uma violência ríspida contra seus corpos e mentes, além de serem alvos de um constante processo de exclusão, que perpassar as esferas familiares e educacionais, estendendo-se ao mercado de trabalho.

Dada a problematização da pesquisa, algumas hipóteses prévias foram formuladas para respondê-la, supõe-se, portanto, que as pessoas trans de Guaiúba possuem escassas oportunidades de emprego no mercado de trabalho, e a realidade daquelas que estão empregadas é marcada por ataques diários a permanência das mesmas, provenientes da transfobia enraizada nas empresas.

Possivelmente, as travestis e transexuais moradoras do município de Guaiúba, encontram dois grandes desafios na busca por emprego, o primeiro refere-se à falta de escolarização, ocasionada pela evasão involuntária (Andrade, 2015), em vista da constante discriminação no ambiente escolar, e o preconceito dos empregadores em relação à aparência física da pessoa trans, que é fortalecido pela intolerância sobre a identidade de gênero da mesma, estes desafios na maioria das vezes aparecem combinados e acabam por limitar o

acesso das trans ao mercado de trabalho. Acredita-se também que no ambiente trabalhista de grande parte das trans, as mesmas são obrigadas a suportar diversos atentados a dignidade, pois temem perder o emprego, muitas possivelmente sofrem com violências psicológicas por parte de colegas de trabalho e até mesmo superiores, dessa forma os locais de trabalho caracterizam-se como espaços de frequentes desrespeitos às travestis e transexuais, desrespeitos estes que se encontram mascarados de “brincadeiras”, e que propiciam dificuldades para a permanência das pessoas trans nos seus respectivos empregos.

Conclui-se, portanto, que a presente pesquisa almeja resultados promissores, que ao serem alcançados contribuirão significativamente para o desenvolvimento científico e social da temática abordada, é importante ressaltar que independentemente se as hipóteses levantadas anteriormente forem comprovadas ou refutadas no decorrer da pesquisa, a realização deste estudo por si só já é um fato substancial, uma vez que promove a visibilidade de um assunto tão pouco discutido e pesquisado, que necessita urgentemente de estudos qualificados.

## 8 REFERÊNCIAS

- AMARAL, M. S.; SILVA, T. C.; CRUZ, K. O.; TONELI, M. J. F. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicologia & Sociedade**, n. 26, p. 301-311, 2014.
- ANDRADE, L. N. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- BORBA, R. Intertextualidade: a construção discursiva de identidades na prevenção de DST/AIDS entre travestis. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, jan/jun. 2010.
- CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M.; AGUIAR, A. R. C. Trabalho, violência e sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, art. 5, p. 78-95, jan/fev. 2014.
- CARVALHO, H. P.; OLIVEIRA, F. R.; SAMPAIO, T. M.; FERRARI, E. P.; CARDOSO, F. L. Conflitos entre a orientação sexual e a orientação de gênero na identidade de atletas profissionais de voleibol: a percepção de atletas homossexuais. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 84-98, 2017.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS, J. A. H.; BERNARDINELLI, M. C. O transexual e o direito de acesso ao mercado de trabalho: do preconceito à ausência de oportunidades. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 243-259, jul/dez. 2016.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

\_\_\_\_\_. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAYME, J. G. Travestis, transformistas, Drag-Queens, transexuais: pensando a construção de gêneros e identidades na sociedade contemporânea. In: Congresso Anual em Ciência da Comunicação, 25. 2002, Salvador. **Anais...** Salvador/BA, 2002.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos: Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília, 2012.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção de feminilidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 24, p. 761-784, set/dez 2016.

MARINHO, N. L. A. D. A exclusão das pessoas trans do mercado de trabalho e a não efetividade do direito fundamental ao trabalho. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 1-18, jan/jun. 2016.

MOIRA, A. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo Editora, 2016.

NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M.; ALMEIDA, M. V.; COSTA, C. G.; RODRIGUES, L.; PEREIRA, M. **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Lisboa, 2010.

NOGUEIRA, F. J. S.; LEÓN, A. G. “Trabalhadas no feminino”: um estudo sobre corpo, desejo e prostituição travesti em Fortaleza-CE. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, Argentina, n. 8, p. 55-67, abr/jul 2012.

PELÚCIO, L. **Nos nervos, na carne, na pele**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. São Carlos: UFSCar, 2007.

RIOS, R. R. A homossexualidade e a discriminação por orientação sexual no direito brasileiro. **Direito e Democracia**, Canoas, v. 2, n. 2, p. 383-408, 2001.

RONDAS, L. O.; MACHADO, L. R. S. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v.10, n.1, São João del-Rei, p. 192-205, janeiro/junho 2015.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

## MÍDIA ELETRÔNICA

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Como funciona o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes?** Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/periodicos/3571-como-funciona-o-banco-de-teses>>. Acesso em: 21 de setembro de 2018.

CASSEMIRO, L. C. **Travestilidade, transexualidade**: revisão da literatura recente das Ciências Sociais. PUC- Rio, 2010. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16664/16664\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16664/16664_4.PDF)>. Acesso em: 15 jul. 2018.

JIMENEZ, L.; ADORNO, R. C. F. O sexo sem lei, o poder sem rei: Sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti. **Cadernos Pagu** [online], n. 33, p. 343-367, julho-dezembro 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332009000200013>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <<https://aempreendedora.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2018.

PELÚCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, p. 217-248, jul/dez. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000200009>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA. Disponível em: <<http://www.guaiuba.ce.gov.br/municipio>>. Acesso em: 8 de abril de 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

TEIXEIRA, F. B. L'Italia dei Divieti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição. **Cadernos Pagu**, p. 275-308, jul/dez. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332008000200013>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

TIPOS de pesquisa: método indutivo, método dedutivo, método dialético ou método hipotético-dedutivo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NLMf3OKFJxg&t=443s>>. Acesso em: 31 de maio de 2018 .

TRANSEXUAIS são excluídos do mercado de trabalho. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 8 de abril de 2018.

VISIBILIDADE trans: a realidade do mercado de trabalho para trans. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/estacaoplural/post/visibilidade-trans-a-realidade-do-mercado-de-trabalho-para-transexuais>>. Acesso em: 8 de abril de 2018.

## **DOCUMENTOS**

BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris. 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2016. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf)>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.